

Ata nº 02/2025/CAE

Aos dezenove dias do mês de março de dois mil e vinte e cinco, às oito horas e trinta minutos reuniram-se de forma presencial os membros do Conselho de Alimentação Escolar, Thais Rodrigues Guastalle, Denize Pinheiro Carneiro, Elenita Lila de Carvalho, Priscila Rodrigues Fortes, Jéssica Lysiane Becker, Taís Renata André, nutricionista da secretaria de educação Ana Paula Harmel e secretária executiva do CAE Rita de Kácia Favretto Thibes. A presidente Denize iniciou reunião cumprimentando a todos a solicitou aos membros que se apresentassem. Passou a palavra a secretária Rita que falou sobre as atribuições dos conselheiros, disse que o Conselho Municipal de Alimentação Escolar tem como finalidade precípua acompanhar, assessorar e fiscalizar a Entidade Executora do PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar na aplicação dos recursos transferidos pelo FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Rita encaminhou o regimento interno do Conselho onde destacou as atribuições do Conselho Municipal de Alimentação Escolar - CAE: I - elaborar e propor alteração ao Regimento Interno, que será submetido à aprovação do Poder Executivo Municipal; II - acompanhar a aplicação dos recursos transferidos pelo FNDE à conta do PNAE; III - acompanhar e monitorar a aquisição dos produtos adquiridos com a verba do PNAE, participando das licitações e da análise de amostras quando ocorrer, zelando pela qualidade dos produtos, em todos os níveis, até a distribuição e aceitação da refeição pelos escolares, dando prioridade aos produtos "in natura" e da região; IV - receber a analisar a prestação de contas do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE enviada pela Entidade Executora - EE e remeter ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Educacional - FNDE, com parecer conclusivo, apenas o Demonstrativo Sintético Anual da Execução Físico-Financeira; V - orientar sobre o armazenamento dos gêneros alimentícios nos depósitos e/ou escolas; VI - comunicar à EE a ocorrência de irregularidade com os gêneros alimentícios, tais como vencimento do prazo de validade, deterioração, desvios e furtos; irregularidades com a estrutura física, instalações, equipamentos e móveis relacionados à área de alimentos; para que sejam tomadas as devidas providências; VII - realizar visitas às unidades escolares, depósito central e fornecedores, sempre que necessário VIII - divulgar em locais públicos os recursos financeiros do PNAE transferidos à EE; IX - fornecer informações e apresentar relatório acerca do acompanhamento da execução do PNAE, sempre que solicitado; X - comunicar ao FNDE e ao Ministério Público qualquer irregularidade identificada na execução do PNAE, sob pena de responsabilidade solidária de seus membros; XI - articular-se com os órgãos ou serviços governamentais nos âmbitos estadual e federal e com outros órgãos da administração pública ou privada, a fim de obter colaboração ou assistência técnica para a melhoria no desenvolvimento e aquisição de produtos e da alimentação escolar distribuída nas unidades educacionais municipais; XII - fomentar a realização de campanhas educativas de esclarecimentos sobre a alimentação e hábitos alimentares saudáveis; XVIII - levantar dados estatísticos nas escolas e na comunidade com a finalidade de avaliar o Programa de Alimentação Escolar no município. Rita concluiu falando sobre a destituição do mandato do Presidente e/ou Vice-Presidente do CAE poderá ser motivada: I - a pedido. II - em virtude de três faltas consecutivas e não justificadas. III - comprovada atuação sob condição de incompatibilidade com a função. IV - por deliberação de 2/3 (dois terços) do CAE. § 1º O membro destituído pelos motivos previstos nos incisos II, III e IV deste artigo não poderá ser reconduzido ao CAE. § 2º No caso de destituição do Presidente, assumirá o Vice-Presidente. § 3º No caso de destituição de ambos, assumirá o membro mais idoso, até ser empossado o novo Presidente, em até 10 (dez) dias úteis. A presidente colocou em aprovação o cronograma

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ  
CONSELHO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR**



de reuniões 2025 que conforme o regimento interno prevê reuniões bimestrais, sendo aprovadas as datas: 13 de maio, 09 de julho, 03 de setembro, 04 de novembro e 09 de dezembro e deixando claro aos presentes que podem acontecer reuniões extraordinárias quando da necessidade e convocados pelo presidente com antecedência. A presidente Denize determinou que todas as ações e documentos do CAE sejam divulgados e postados no site da prefeitura na aba conselhos - CAE. Solicitou a diretora da Casa dos Conselhos a atualização dos dados do presidente no site. Rita encaminhará aos conselheiros Plano de Ação do CAE para que todos os conselheiros possam opinar a atualizar as ações do CAE para o período de 2025/2026. Na palavra livre a conselheira Priscila falou sobre a demora no fornecimento de alimentação especial que também foi reforçada pela presidente Denize. A nutricionista Ana Paula explicou que o atraso foi devido a demora nos processos de compra que aconteceram devido a desistência de fornecedor. Priscila também sugeriu que o laudo de alimentação escolar seja exigido no ato da matrícula para agilizar o processo de compra. Denize questionou sobre a entrega de 50% dos itens de hortifruti. Ana explicou que estas reduções são só para a semana em que há feriado, sendo suspensos os verdes como saladas que estragam com mais facilidade. Denize solicitou a Rita que agendasse horário com a secretária de educação para apresentação do plano de ação do conselho. Decidiu-se também fazer cronograma de vistorias nas unidades escolares. A próxima reunião do CAE ficou acordada para o dia 13/05/2025. Nada mais havendo a tratar encerrou-se a reunião.

BLG 11